

TRABALHADOR DA BRAFER! FIQUE LIGADO!

DADA A LARGADA NAS CAMPANHAS SALARIAIS 2018!

NESTA SEXTA-FEIRA TEM ASSEMBLEIA DE RATIFICAÇÃO DOS ACORDOS VIGENTES EM 2018 NA BRAFER!! VAMOS COMEÇAR A LUTA DESTE ANO POR AVANÇOS NA VIDA DO TRABALHADOR. VAI SER DIA 02 DE MARÇO, ÀS 07H00, NA PORTA DE FÁBRICA!!

Chegou a hora da onça beber água! Vai começar a luta das campanhas salariais 2018 na Brafer e em toda a categoria metalúrgica. Na Brafer, a largada será dada em assembleia nesta sexta-feira (dia 02), às 07h00, em porta de fábrica, com todos os turnos e mais o pessoal do administrativo. Vamos partir pra luta e garantir os avanços que merecemos.

O momento é de união. Sabemos que empresas estão afoitas para utilizar a Reforma Trabalhista como desculpa para cortar direitos que conquistamos com anos e anos de luta! Se deixarmos a coisa correr na "morninha", como cordeiros pacatos, vamos perder tudo. Aí não dá né!?

Por isso, venha, participe, dê sua opinião e vote! Vamos ratificar os acordos vigentes em 2018, que englobam PLR, aumento salarial, condições de trabalho, vale-mercado e muitos outros benefícios. Então participe!! O nosso "amanhã" depende da nossa luta "hoje"!



ASSEMBLEIA NA BRAFER!

DATA:
02 de março de 2018
07H00

QUEM ESTÁ CONVOCADO:

Trabalhadores de todos os turnos e mais os administrativos.

ENCAMINHAMENTOS

- Ratificação dos acordos vigentes em 2018 de Data-base, Aumento Salarial, Participação nos Lucros ou Resultados (PLR), Vale-mercado, Jornada de Trabalho
- Quem será contemplado pelos acordos e quem não será
- Contribuição sindical e demais taxas aprovadas por assembleia



PALAVRA DO PRESIDENTE

SÉRGIO BUTKA, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba, da Federação dos Metalúrgicos do Paraná e da Força PR

Essa campanha salarial que agora iniciamos é sem dúvidas um novo momento que se apresenta para os trabalhadores metalúrgicos. Sabemos que mais do que nunca, patrões e empresas estão loucos para cortar direitos e sugar ainda mais o trabalhador. Por isso estamos desde já em porta de fábrica passando para você qual é a nossa posição nas campanhas deste ano.

Queremos deixar claro que não vamos aceitar NENHUM DIREITO A MENOS nestas negociações! Posição que sempre tomamos. Ou seja, qualquer ponto da Reforma Trabalhista que a empresa queira implantar, precisa ser negociado com o Sindicato e aprovado pelos trabalhadores.

Isso significa que não vão conseguir empurrar bombas como demissões por acordos e quitações de contrato anuais, porque não vamos aceitar nada que precarize as relações de trabalho. Só vamos conversar em itens que tiverem bom senso e que sejam de interesse do trabalhador, como intervalos, bancos de horas e divisão de férias.

Além disso tudo, estaremos como sempre firmes em garantir AVANÇOS REAIS nas condições de trabalho e salário dos metalúrgicos da Grande Curitiba. Estes são os nossos compromissos nesta luta que se inicia hoje. **Vamos em frente!!**

SE HÁ CONFLITO, CONSTITUIÇÃO FEDERAL PREVALECE SOBRE A LEI, DIZ NOVO PRESIDENTE DO TST

O novo presidente do Tribunal Superior do Trabalho, João Batista Brito Pereira, assumiu nesta segunda com uma posição bastante clara no sentido de resolver as confusões causadas pela Reforma Trabalhista, especialmente na questão da contribuição sindical.

O ministro foi direto no seu discurso: “se tiver algum conflito entre a lei e a Constituição Federal, prevalece a Constituição Federal”. Assim, o novo presidente da TST confirma que estão corretas diversas decisões judiciais que têm considerado inconstitucional a alteração da contribuição sindical.



“Se estiver em conflito com a Constituição, prevalece a Constituição”

João Batista Brito Pereira, novo presidente do TST

SMC DÁ INÍCIO AO PROJETO PROTEGER PARA REDUZIR RISCOS NOS LOCAIS DE TRABALHO

Na segunda-feira (26), o departamento de saúde do SMC e o assessor Dr. Zuher Handar apresentaram aos dirigentes sindicais o novo Projeto Proteger. Segundo explicou o doutor, os principais objetivos do Projeto são: “transformar os locais de trabalhos em ambientes livres de riscos à saúde e também manter atenção integral a saúde dos trabalhadores da Grande Curitiba”

OIT MANDA QUE GOVERNO TEMER REVEJA REFORMA TRABALHISTA

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) pediu que o governo federal examine a revisão de pontos da reforma trabalhista que tratam da prevalência de negociações coletivas sobre a lei, o chamado acordado sobre o legislado.

A recomendação foi feita no relatório do Comitê de Peritos da OIT, publicado na quarta-feira (7/2) e questiona especificamente os artigos 611-A e 611-B, inseridos na CLT pela reforma.

GOVERNO RECUA NA REFORMA DA PREVIDÊNCIA, MAS GUERRA NÃO ACABOU

Depois de não conseguir votos suficientes para acabar com a nossa Aposentadoria e de se afundar em meio ao decreto de intervenção federal no Rio de Janeiro, o governo Temer finalmente recuou na Reforma da Previdência e tirou a matéria de votação. Ainda assim é importante ficar atento!! Eles já mostraram que assim que a Reforma puder voltar para a agenda, ela irá voltar. Ou seja, vencemos uma batalha importante, mas a guerra ainda não acabou!

TEMER NOMEIA DONO DO HELICÓPTERO DE COCAÍNA NO MINISTÉRIO DOS ESPORTES

Gustavo Perrella, dono do helicóptero apreendido em 2013 pela PF com 445 kg, foi nomeado por Temer para o cargo de Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, uma “teta” no Ministério dos Esportes.

CONGRESSO COLOCA PROJETO CONTRA CORRUPÇÃO NA GELADEIRA

As Dez Medidas Contra a Corrupção, projeto que reuniu assinaturas de mais de 2 milhões e 500 mil brasileiros, segue engavetado desde 2016 por Rodrigo Maia. Será que isso tudo é medo?!



DECISÕES JUDICIAIS RECONHECEM LEGALIDADE DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

Mais uma vez as decisões da Justiça do Trabalho deixam claro que a contribuição sindical não acabou, que ela ainda é um imposto obrigatório e que está prevista em lei.

Veja alguns exemplos:

Em SC, a Justiça já determinou que uma escola e uma empresa de turismo descontem o imposto do salário de todos os funcionários, como manda a lei.

No RJ, outra decisão da Justiça mostrou que pontos da Reforma são inconstitucionais e, portanto, o recolhimento da contribuição segue sendo obrigatório segundo a Lei.